



PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto – Direitos da Criança

Para a Pastoral da Criança, os pequenos devem ser a prioridade de todos: família, comunidade e toda a sociedade. As crianças precisam de cuidados, amor, carinho, segurança e de todas as oportunidades possíveis para que possam se desenvolver com plenitude. Algumas políticas públicas garantem os direitos delas e por isso devem ser prioridade de todos nós. Para falar sobre isso, convidamos o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Proteção aos Direitos Humanos



Entrevistado: Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Proteção aos Direitos Humanos

Como deve ser a política de atendimento à infância e à juventude?

A regra em relação à política de atendimento da infância e juventude é a regra de que a política deve ser traçada a partir dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente instalados em todos os municípios do Brasil, em todos os Estados, e também pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Qual é a importância da política de atendimento à infância e à juventude?

É de que a regra constitucional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) declaram que esses conselhos têm caráter deliberativo. A política oficial de atendimento aos direitos da criança e do adolescente é exatamente essa política que advém dos conselhos.

O que fazem os conselhos?

Esses conselhos, além de ter um caráter deliberativo, formulam a política oficial de atendimento à infância e juventude de cada localidade e devem ser integrados por representantes da sociedade civil organizada que atuem na defesa ou atendimento de crianças e adolescentes.

O que é necessário fazer com urgência?

Que todos os municípios possuam conselhos de direito que cumpram com sua função institucional, que é a de fazer o diagnóstico da situação da infância e juventude em cada localidade e a partir dele formular uma política para o atendimento da criança e do adolescente.

Qual é a importância da creche?

A creche, na realidade brasileira, é mais do que um espaço para o desenvolvimento das nossas crianças, é também lugar para internalização de valores éticos e sociais e para o aproveitamento das janelas de oportunidade que ocorrem nos primeiros anos de vida. A creche para a criança é um espaço também para nutrição, para o atendimento à saúde e em seguida para a inserção adequada dessa criança no sistema educacional com condições de ingresso, permanência e sucesso.

Qual o papel do administrador?

O administrador é obrigado a canalizar os recursos necessários para a implementação das ações e programas que forem definidos pelos conselhos de direito.

Por que investir na primeira infância ajuda a diminuir a pobreza?

A nossa mobilização deve ser no sentido de aproveitar as regras do estatuto da criança e do adolescente e da constituição, canalizando o dinheiro público para os programas de atendimento à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta aos programas como forma de superação às desigualdades sociais.

Quais são os principais direitos humanos da criança?

Primeiramente, os direitos gerais, tais como direito à vida, liberdade, saúde, convivência familiar e comunitária; além de direitos específicos, tais como como profissionalização e cultura.

Quais são as principais falhas do Brasil no respeito aos direitos humanos?

Na área da infância sempre existiram duas grandes bandeiras: lugar de criança é na família e lugar de criança é na escola. No estado do Paraná foi levantada mais uma bandeira que é lugar de criança é nos orçamentos públicos. Em relação aos direitos humanos, eu diria que a falha é a não destinação dos recursos necessários para a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas.

O senhor gostaria de acrescentar mais alguma orientação sobre esse problema tão importante?

Na verdade, ninguém pode ter um sentimento verdadeiro e amplo de felicidade com tantas injustiças, e é por isso que os defensores de direitos humanos devem pensar no princípio da universalidade, pois todos têm direito de ter direitos.

Entrevistada: Ir. Veneranda da Silva Alencar
Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

O que nós devemos fazer para acabar com as desigualdades sociais?

As desigualdades sociais já tiraram a oportunidade de muita gente, já ceifaram tantas vidas precocemente e também já impediram o desenvolvimento de muitas comunidades. Nós podemos ver isso na falta de saneamento básico, de escolas adequadas, na falta de vagas em creches e hospitais. São muitos os desafios, mas por isso mesmo deve ser grande a esperança de mudar esta situação através da união e do esforço de todos.